

A IMPRENSA FEMINISTA DOS ANOS 1975/1980

*Procuro a palavra
fenda
que não se cava
nem se lavra.
Procuro a palavra
ânsia
que me salve
de mim.*

(Lúcia Villares, 1980)

Primeiros Passos

O Brasil é o único país, dentro da América Latina, que conheceu desde os fins do século XIX uma imprensa feita por mulheres, e não somente para as mulheres, como sucedia na maior parte dos casos. O *Sexo Feminino*, de Francisca Senhoria Motta Diniz, editado em Minas Gerais, de 1873; o *Domingo*, de 1874, de Violante de Bivar e Vellasco, no Rio de Janeiro; *Myosotis* de Maria Heraclia, em Recife, 1875 e o *Echo das Damas*, de 1879, pertencente a Amélia Carolina de Silva Couto e editado no Rio de Janeiro testemunha a presença desta imprensa feminina na plena acepção da palavra, sintomaticamente localizada nos então principais centros urbanos do país. June Hahner (1980) fornece esta e outras informações sobre o movimento de mulheres no Brasil entre 1850/1930, demonstrando, ademais, que a presença feminina na imprensa, neste período, foi praticamente ignorada por estudiosos do tema imprensa e do tema mulher. Assim, ela comenta que Nelson Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1956) “menciona mais de mil jornais mas ignora qualquer dos periódicos feministas consideradas no presente artigo”, enquanto Heleieth I. B. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade* (São Paulo: Quatro Artes 1969) a autora de extenso estudo sobre a mulher no Brasil, “*não se refere a nenhum jornal feminista nem cita outra feminista do século dezanove além de Nísia Floresta*” (Hahner, 1980, p. 104).

A imprensa feminina “alternativa” – entendendo-se por tal epíteto a independência frente aos grupos econômicos; o caráter artesanal com que é feita, a pequena circulação e ausência de propaganda paga – continua presente no século XX, mas com características distintas. Enquanto o *Momento Feminino*, que foi editado a partir de 1947, tinha sua existência totalmente subordinada ao semilegal Partido Comunista Brasileiro, o *Brasil-Mulher*, cujo número zero apareceu em outubro de 1975, manteve relações mais

ou menos tênues com organismos políticos e/ou tendências políticas semiorganizadas, não obstante ser dirigido e editado por mulheres. O *Brasil-Mulher* retoma a tradição do século XIX, em termos de imprensa feita por mulheres; perfila-se na linha de defesa dos direitos da mulher, inovando e ampliando o enfoque desta defesa, por um lado, mas persiste em subordinar esta luta a interesses mais amplos, negando na prática a contradição entre os dois sexos. Em outras palavras, busca legitimar-se frente aos interesses masculinos, afirmando sempre a comunidade de interesses entre os dois sexos e insistindo em “aprimorar” a mulher, tomando como paradigma o modelo masculino.

É o surgimento do *Nós Mulheres* – em junho de 1976, fruto da criação caótica de mais de vinte mulheres que, em sua maior parte, desconheciam a militância política organizada, pois estavam fazendo ali sua primeira experiência de intervenção social através da luta ideológica – que permite a conquista de um novo espaço ao privilegiar o tema mulher *tout court* e, principalmente, ao proclamar-se feminista, como vimos anteriormente, no seu primeiro editorial.

O *Nós Mulheres* também influenciou a linha editorial do *Brasil-Mulher* pois, apesar do silêncio guardado frente ao primeiro número do *Nós Mulheres* (quando uma solidariedade mínima obrigava saudá-lo, como fizeram outros órgãos da imprensa alternativa), as principais inovações temáticas deste último acabaram, muitas vezes, sendo incorporadas tal como sucedeu na matéria “mulher e música” e no tema sexo/sexualidade, por exemplo. Quando o *Brasil-Mulher* esteve mais subordinado à linha política de duas tendências semiorganizadas da esquerda brasileira quase que perdeu sua identidade feminina, aproximando-se dos padrões da imprensa “nanica” convencional, como o *Movimento* e o *Em Tempo*. Este foi, principalmente, o período seguinte à saída de Joana Lopes do jornal que fundara, como já foi assinalado, a partir do oitavo número, em agosto de 1977.

Se a maior ou menor adesão ao feminismo constitui a principal diferença existente entre o dois jornais, as afinidades mais evidentes

concernem à mesma adesão a uma tomada de posição anticapitalista e antitadadura. Só que a afirmação da necessidade do fim do capitalismo para a libertação da mulher assume características diversas para os dois grupos, quando se trata de explicar o caráter das transformações que deverão propiciar tal libertação. Ambos concentram-se na denúncia da miserável condição de vida do povo brasileiro, ainda mais sofrida pelas mulheres, vale dizer, entendem que a mulher é vítima especial da “exploração do sistema”. Mas, o NM também foi capaz de denunciar a opressão que o homem/igual (ou seja, das classes trabalhadoras) exerce sobre sua companheira tratando de colocar, ainda que muito timidamente, a discussão sobre o mais especificamente feminino, além das adversas condições de vida e de trabalho sofridas pelo conjunto das classe dominadas. Neste sentido, criou um espaço de denúncia e reflexão sobre a questão feminina. Mais importante do que isto, o NM conseguiu desenvolver um estilo original de pensamento feminista, respondendo de maneira dialética às permanentes acusações que os setores conservadores da esquerda faziam ao movimento de mulheres: “O feminismo vai dividir a luta dos trabalhadores”, “só a burguesia tem interesse na luta da mulher”; “como é que a mulher vai se libertar se é o capitalismo que oprime” e, mais frequentemente: “agora temos de lutar pelas liberdades democráticas; “depois lutaremos pelos direitos da mulher” (...) (SIC). Pensando no feminismo como movimento radical entenderam que ele era a perspectiva através da qual as mulheres defendiam e lutavam pela democracia.

Por isto, o editorial n. 6 de agosto de 1977, continua sendo o melhor exemplo de como as mulheres começaram a pensar na política partir de sua condição de sexo oprimido, entendendo e enriquecendo conteúdo manifesto da luta pela democracia:

É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive, de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: ‘o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso’ ou ‘A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela

emancipação dos trabalhadores é muito mais importante. A tendência de todas nós, mulheres feministas, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: Nós não separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral. Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo. Ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas.

A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia, é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas atendidas. Ou seja onde todos tenham o que comer, onde dormir, o que vestir, possam estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde, se divertir, pensar, falar, agir, e se organizar livremente. Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda. É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada.

Assim, lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade e também lutar pela emancipação feminina. A luta pela emancipação feminina é, portanto, parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática.

O fato é que a luta feminista não é só isso, ela vai além disso. A mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher. Ela tem mais dificuldade de arrumar emprego, principalmente se for casada e tiver filhos, ela é despedida do emprego se casar ou ficar grávida, ela ganha menos que o homem pelo mesmo trabalho, ela cumpre, quando trabalha fora, uma dupla jornada de trabalho, ela se responsabiliza sozinha pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos (tarefa que deveria ser em muitos aspectos assumida pelo estado, e, em outros, assumido, pelo casal) ela sofre constantes ataques sexuais, seja em casa, na rua ou no trabalho, Enfim, a mulher, não é tratada como um ser que tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem. São muitos os homens que acham que a mulher é e deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são somente as mulheres, porque isto as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação. Mas, nos

dizem – será que todos esses problemas específicos da mulher não serão resolvidos numa sociedade em que haja uma melhor distribuição de renda e uma maior participação política? – .

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta a toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau de igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer uma opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direito e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres.

O feminismo, entendido dessa forma, serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos.

A Leitora Típica

O Brasil Mulher situa-se entre os que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater ideias e tenta em seu número deste Ano Internacional da Mulher, apesar do modesta tiragem de 5.000 exemplares – contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos leem. Nem sempre teremos, como já nos indicou o número 0, a felicidade de atingir com nosso material editorial, a todas as classes sociais despertando o interesse indiscriminadamente. A tradição da informação dirigida às mulheres é articulada por homens e mulheres para a coisificação feminina como sujeito e como objetivo e a esse condicionamento a maioria

das leitoras de revistas femininas já se habituou
(*Brasil Mulher*, editorial do n. 15 dezembro de 1975).

A mulher é discriminada; ocupa os postos mais baixos nas empresas ligadas a produção de mercadorias e serviços; sindicaliza-se menos do que os homens; participa menos da vida política organizada eis as evidências que fundamentam o discurso das mulheres buscando legitimação e compreensão para a sua problemática. Lendo as coleções completas do BM e do NM percebe-se a dificuldade em romper com a subordinação; em chegar a formular corretamente a questão da opressão da mulher; em tomar consciência desta opressão, reconhecendo-se com sujeito da luta pela emancipação. Assim, o diálogo com a leitora é revelador das dificuldades do corpo editorial em expor abertamente as próprias dúvidas e o comprometimento pessoal com a luta das mulheres. Fala-se em “elevar o nível cultural da mulher” e a ideia é a transformar a mulher segundo o modelo masculino pois os parâmetros aceitos são exatamente aqueles que deveriam ser postos em questão. Em outras palavras, não se trata simplesmente de propor que as mulheres “avancem”, igualando-se aos homens nos espaços econômicos e políticos em que eles predominam, mas de entender as causas das diferenças. Não é o padrão que deve ser tomado como exemplo pelo operário: o fato de alguns poucos operários se transformarem em patrões não implica que todos pudessem fazê-lo. As mulheres bem sucedidas, neste sentido, são exceções que confirmam a regra da opressão. Pois para que as mulheres se igualem aos homens, em termos de participação econômica e política, é necessário que alguém ocupe os lugares e papéis que as mulheres hoje ocupam no espaço do “privado”.

A dificuldade em equacionar corretamente a questão feminina; em entender as múltiplas determinações sintetizadas no “ser mulher” constitui a principal dificuldade para as mulheres preocupadas em defender seus interesses de sexo oprimido sem perder de vista a contradição de classe. Enfim, feminismo e socialismo; como uni-los? Já vimos a resposta do NM e pela timidez do BM podemos imaginar

o isolamento relativo dos pronunciamentos do grupo NM, no citado editorial nº 6. Enquanto a unidade editorial do NM tinha muito a haver com o fato de que o grupo era fiel ao seu próprio desenvolvimento, não recebendo diretrizes prontas de tendências políticas não-nomeadas, o BM vivia um processo oposto. Inicialmente, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia e, do ponto de vista das informações políticas, mais próximo a linha ortodoxa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar da independência de suas editoras. Posteriormente, com a tomada de assalto por militantes afiliadas político-ideologicamente, tanto ao então pró-chinês Partido Comunista do Brasil (a preocupação com a questão da terra é sempre significativa a respeito) quanto a seus oponentes políticos (no interior da esquerda), remanescentes dos extintos grupos da nova-esquerda (pós-1968 e responsável pela luta armada) que, em meados dos anos 70 organizavam-se no movimento estudantil sob o nome de “Refazendo”. Em reuniões que não congregavam mais de uma vintena de mulheres, tínhamos representadas várias tendências semi-organizadas do país, quase todas bastante desinformadas em relação ao feminismo.

Esta problemática, como não poderia deixar de suceder, atingia de maneira especial a definição da leitora típica. Por um lado, porque a dificuldade em equacionar a questão feminina – e frente a desconfiança dos aliados da esquerda – fazia com que a melhor maneira de legitimar a militância feminista fosse através da defesa exclusiva da mulher operária e das mulheres das classes dominadas. Também o *Nós Mulheres* apontava a mulher operária – a da dupla-jornada – como símbolo de luta, por entendê-la como a mais oprimida entre os explorados (atualmente, a mulher símbolo seria, ademais de operária, negra e lésbica – eis uma diferença marcante do feminismo 75/80 para o feminismo de 80, do Encontro de Valinhos). Mas enquanto definíamos a leitora “privilegiada” (jargão de imprensa alternativa para designar aquele leitor cujos interesses – de classe – seriam defendidos prioritariamente do ponto-de-vista editorial) como sendo a mulher das classes trabalhadoras, o que praticamente

só deixava de lado as donas-de-casas das classes dominantes, o BM tratava de restringir ao máximo o leque de mulheres cujos interesses defenderia. Por trás desta questão encontra-se, portanto, o próprio programa político para o país que as feministas, enquanto militante de esquerda, defendiam. Assim, se para o PC do Brasil a revolução resultaria do cerco das cidades pelo campo (daí a importância estratégica do bloco operário-camponês, etc.) a figura da camponesa seria endeusada, mesmo que toda a redação do jornal nunca tivesse visto uma camponesa na vida. As operárias, como é evidente, constituíam figuras aplaudidas por todos. E o interessante é que quanto mais doutrinário fosse o agrupamento político – e mais distante estivesse da prática social concreta – mais esquerdistas eram suas feministas e mais abstratas suas “operárias”; “donas-de-casa da periferia”, etc. Neste sentido, a segunda fase do BM, dominado por mulheres com certezas políticas, que dispensavam maiores comprovações para falarem sobre e pela mulher operária, é a mais doutrinária e paternalista: substituindo as reportagens com pessoas e fatos por certezas tiradas de programas políticos, acadêmicos na linguagem e vazios de conteúdo o suficiente para não passarem de uma soma de generalidade de inspiração marxista.

As feministas, portanto, usaram as operárias como símbolo, legitimando-se com a bandeira de sua defesa. Ao mesmo tempo, usaram o símbolo como álibi, escondendo-se atrás dele (não estou incorrendo em subjetivismo e falando de mim; estou sendo científica e falando dela, a operária...). As mais doutrinárias, evidentemente, eram as que mais temiam receber a pecha de “pequeno-burguesas” e epítetos similares, de intenções insultuosas. Assim, terminaram por reduzir a questão feminina quase que exclusivamente à operária: as outras mulheres não tinham qualificação suficiente para serem oprimidas. Além disso – e o que é mais grave – reduziram a operária a um conceito, empobrecendo a dimensão de sua luta, por melhores condições de luta e de trabalho. Finalmente, enquanto Joana Lopes, no acima citado editorial nº 1 do BM abordou de maneira honesta

o problema do público leitor, concluindo que dificilmente o jornal seria tão universal quando o desejado, as responsáveis pela segunda fase do BM partiam da premissa de que leitora símbolo e público leitor eram exatamente idênticos, escamotenado o fato de que jovens universitárias e de classe média – de condição similar a das editoras do BM e do NM – constituíam o público mais receptivo do jornal, não obstante o fato dele ter sido bastante distribuído entre os clubes de mães com as quais feministas mantinham contato. Assim, em maio de 1978, as feministas do BM ainda produziam editoriais em que esclareciam seu compromisso *“com a luta pela libertação da mulher, especialmente a trabalhadora, a operária, a empregada doméstica e mesmo a dona-de-casa da periferia, que faz o impossível com o salário do marido”* (editorial do n° 12).

Desta maneira, a leitora típica tornou-se uma fantasia que não deixava de ser, ao mesmo tempo “projeção”, no sentido psicanalítico do termo. Imagem construída pelas próprias redatoras, a leitora se definia primeiramente, como vimos, por sua classe social. Assim, se achamos importante dialogar (monologar seria mais preciso) com as operárias, imediatamente imaginamos/fantasiemos “a operária”. Pobre, com problemas de dupla jornada, cansada ao final do dia. Enfim, somos capazes de enumerar todas suas desgraças cotidianas, mas, excluindo o fundamental – a operária vive, ama, sofre, ri, chora e é de carne-e-osso – e falamos então com uma abstração. Com nossa fantasia de operária; perfeitamente caracterizada do ponto de vista da inserção na esfera produtiva mas dessexualizada enquanto pessoa. Nossa operária não tem sexo: é só uma máquina de trabalhar em casa e na fábrica. Concedemos que tenha consciência de classe mas lhe negamos direito às emoções. Projetamos nela todos nossos medos, inseguranças e falta de perspectiva. É porque “ela” poderia não entender direito é que não falávamos dos abortos, do prazer, do amor, do ressentimento, da identidade feminina. Dizíamos que “ela” deveria estar muito preocupada com o problema do custo de vida para poder pensar no resto. Com isto, fugíamos de nossos

próprios temores; da dificuldade em falar da nossa opressão, quando alguma eram esposas convencionais que viviam com homens que lhe causavam repulsa física.

É evidente que os métodos de trabalho das feministas terminaram por influir neste conceito de leitora típica. O NM que indiscutivelmente defendia uma concepção mais ampla de feminino, considerando importante prestigiar literatas, como Lygia Fagundes Telles e Carolina de Jesus (que unia esta condição à de ex-favelada); atrizes/cantoras como Norma Bengel; teatrólogas como Leila Assumpção, contava também com maior número de jornalistas profissionais. Estes dois fatos conjugados explicam a maior preocupação deste jornal com reportagens, depoimentos, material colhido do cotidiano da cidade. Como íamos conversar com espírito menos pré-concebido (sem termos a operária revolucionária como meta e “ganhá-la” ou “ampliá-la” para a Causa, como objetivo) ouvíamos mais, isto é, aprendíamos mais. É por isto que falamos e ouvimos operárias, donas-de-casa, faveladas, empregadas domésticas, como o *Brasil Mulher*. Mas, também, de ascensoristas, margaridas, mulheres negras, torcedoras do Corinthians, prostitutas, mulheres intelectuais de classe média etc. Ao mesmo tempo, existia uma maior preocupação em ser fiel aos depoimentos: a matéria realizada com operárias da Fábrica Arno, por exemplo, não tinha outro objetivo do que dar espaço para que as mulheres que fabricam eletrodomésticos quando questionadas sobre sua reação, frente ao acúmulo de queixas que tinham realizado a respeito das condições de trabalho e do desrespeito masculino na fábrica, a resposta foi publicada na íntegra não obstante o certo desalento que ela trazia: “Não se faz nada. Ficamos comentando uma com a outra. Só reparando...” (NM n. 6).

Ademais, na medida em que o trabalho de distribuição do jornal era também um momento de discussão e conscientização dos grupos de mulheres com as quais tínhamos contatos, o resultado é que, pouco

a pouco, fomos comprovando na prática a universalidade de certas sensações; o mal-estar do “ser mulher”; o sentimento de sofrer uma injustiça sem conhecer exatamente suas proporções. Jung, em *Resposta a Jó* (1979, p. 59) fala do “processo de libertação de um estado de inconsciência muda e impotente”. Muitas vezes, os encontros entre feministas e mulheres moradoras da periferia, participantes de clubes de mães, provocaram efeitos semelhantes, como se a reflexão da outra sobre sua condição impulsionasse a auto reflexão e a libertação de emoções e percepções reprimidas. Quanto mais entendíamos a condição da mulher maior a concretude dos personagens que passaram a povoar as páginas dos jornais, e maior segurança na exposição de temas até então considerados “delicados”. Passamos a distinguir o discurso sobre os clubes de mães, dos responsáveis ligados à hierarquia católica, que também falavam de mulheres-modelos e não das necessidades e anseios daquelas que iam todas as quintas-feiras às reuniões dos clubes de mães. De fato, eram as freiras, e não as mulheres que se reuniam sob sua supervisão, que reduziam a questão sexual a esfera da procriação e entravavam discussões sobre aborto e divórcio. Em outras palavras, testemunhamos, como repórteres do *Nós Mulheres*, a limitação dos espaços concedidos pela Igreja à organização das mulheres: limitação perfeitamente coerente, diga-se de passagem, com os cânones e valores da religião católica. O que implica, por outro lado, que esta forma de organização só leva em conta a mulher enquanto membro de uma comunidade pobre, logo, sofrendo problemas ligados à ausência de equipamentos básicos (água/esgoto/energia elétrica/transporte) e coisas no estilo: mulheres que deveriam ser organizadas por sua condição socioeconômica e nunca a partir de seus problemas como sexo oprimido.

Mulher Fragmentada

Unir os pedaços em que a mulher está dividida, proposta do 2º Congresso da Mulher Paulista, é tocar no ponto sem equacionar de maneira correta a questão da opressão feminina. A descoberta da identidade – do sentido e dos limites do “ser mulher – passa pela compreensão da dinâmica que integra e dá coerência aos pedaços “mãe; “esposa”; “dona-de-casa”; “operária”, etc. Em outras palavras, o que distingue a operária do operário não é a capacidade de trabalho, inteligência, produtividade e tampouco se reduz à maior exploração de que a mulher é vítima no processo de produção, ao receber menor salário por igual trabalho, dificuldades em ascender na carreira. A distinção fundamental é que o homem, quando trabalha, cumpre aquilo que a sociedade espera dele; está quites com “seu dever”, enquanto que a mulher não se desliga do trabalho doméstico, tanto no sentido de desgaste material – a energia física gasta no lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças – quanto no espiritual – o desgaste psíquico por estar constantemente preocupada com o cuidar, velar, preocupar-se com doenças, etc. Esta diferença fundamental existe e se reproduz graças à assimétrica e desigual divisão do trabalho no interior da família.

A fragmentação imposta pela vida social entre trabalho e lazer (a própria oposição entre trabalho e prazer, cronometrando e definindo o tempo a passar nas fábricas; o tempo gasto em transportes e o pequeno tempo para a vida privada), já é uma maneira de despedaçar os indivíduos. A ela se deve a rigidez do “ser homem” e “ser mulher”.

A própria organização das mulheres na última década e meia é bastante sugestiva das dimensões da fragmentação: unidas em torno de sua condição de mães (os clubes de mães), de dona-de-casa (associações de donas-de-casa) e, via de regra, atuando nos exatos limites destes papéis familiares, na medida em que o objetivo

subjacente a tais espaços de atuação reside mais em fazer a mulher participar de experiências coletivas/comunitárias a partir de sua condição familiar do que propriamente fazer a crítica desta condição. E o fato de que as primeiras interlocutoras das feministas fossem exatamente essas mulheres – organizadas como mães e donas-de-casa – pesou significativamente na linguagem e conteúdo de nossos jornais.

Quando conhecemos nossas leitoras de carne-osso – pois nos deslocamos até seu bairro de residência, levamos os jornais para a discussão, escutamos sua maneira de entender o que foi escrito e as matérias que mais lhe agradaram – estamos também nos comprometendo com seus problemas. E como as mulheres – nos primeiros contatos e diante da presença de estranhos – falam principalmente dos problemas comunitários (pois foi exatamente um deles – a água; o posto de saúde; etc. – que propiciou as primeiras tentativas de trabalho organizado) a maior solicitação que recebíamos era a de denunciar tais problemas, colaborando no sentido de pressionar as autoridades competentes. Nesta medida, as matérias sobre condições de vida na periferia tinham presença marcante em ambos jornais feministas. Mas, por outro lado, reduzimos a problemática destas mulheres às suas condições materiais de existência, limitando-os a retratar o mais visível a muitas vezes, naquelas reuniões em que quinze ou vinte mulheres, com a presença de alguém da hierarquia católica (padre ou freira) expunham seus problemas, tínhamos a sensação de assistir uma peça de papéis bem definidos, onde cada um já conhecia de antemão o que diria o outro. Com o tempo, aprendemos que falar com mulheres através de um coletivo de trabalho e ouvir os objetivos deste último e nunca a mulher concreta. O que dona Maria dizia na reunião do clube de mães era bem diferente do que ela viesse posteriormente dizer em um grupo de discussão não hierárquico, tal como se observou no 1º Congresso da Mulher Paulista.

Parque das Américas /Parque do Lixo

– um bairro que não tem pior, nem muito melhor que os outros.

Por isso, talvez seja um bom retrato da maioria dos nossos bairros da periferia.

Mas seriam essas condições de vida adequadas e satisfatórias para a população?”

(Título e “chamada” de matéria de página inteira no *Nós Mulheres* n. 2 setembro/outubro de 1976).

O LESTE DE SÃO PAULO

A região Leste situa-se na periferia de São Paulo e compreende vários bairros: São Francisco (...). Essa região tem uma população de mais ou menos 50 mil habitantes. Os homens são em sua maioria operários e as mulheres, empregadas domésticas.

Como diz uma de suas moradora – Como todo bairro da periferia de São Paulo, é um bairro muito pobre. Aqui, o salário mais alto de uma pessoa que tem cinco pessoas para sustentar, é de Cr\$ 1.800,00.

A Zona Leste 2, como toda a periferia de São Paulo, não possui as condições mínimas para que sua população leve uma vida ao menos sadia.

(Título, “chamada” e primeiro parágrafo de matéria de página inteira publicada no *Nós Mulheres* n. 3, novembro/dezembro de 1976).

As matérias sobre condições de vida em bairros de periferia – que não se afastavam do modelo acima, ou seja, uma radiografia da pobreza em que o exemplo era menos importante do que a acusação implicará aos responsáveis pela manutenção do *status quo* foram, pouco a pouco, sendo substituídas por ampla cobertura ao Movimento pelo Custo de Vida e reportagens com a Associação das Donas de Casa e Associação das Empregadas Domésticas. O *Brasil Mulher*, na verdade especializou-se primeiramente no tema “custo de vida” e, a partir de 1978 principalmente, concentrou-se na questão da participação sindical feminina: estes dois, assim como a importância dada a luta pela anistia, são marcantes em termos de presença editorial. Também no *Nós Mulheres* estes temas aparecem mas existe uma maior presença de matérias sobre figuras de mulher (desde o

primeiro histórico sobre o feminismo brasileiro aos depoimento de escritoras, cantoras, prostitutas, etc.) e reivindicações por creches.

Anistia não é perdão: é um direito.

Tiradentes condenado e executado por ter lutado pela liberdade de sua pátria e hoje um herói do Brasil.

(Título e “chamada” de matéria de página inteira, BM n. 2/1976).

CUSTO DE VIDA: o mutirão chega à Praça da Sé.

As mulheres vão se juntando na escadaria da Catedral da Sé. No começo são poucas, mas depois de algum tempo já são bem mais de 100. Populares começam a ficar curiosos para ler os cartazes carregados por elas: “Somos contra a carestia”, “o preço do custo de vida sobe de elevador enquanto nosso salário sobe pela escada”, “Como pode um povo viver nessa carestia”.

Essas mulheres estão vindo de bairros bem distantes do centro. Demoraram mais de uma hora para chegar na Praça da Sé. São na grande maioria do donas-de-casa, moradoras na periferia. Foram elas que organizaram o mutirão de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que o Movimento do Custo de Vida lançou três meses atrás. Esses mutirões já vem sendo realizados nos bairros: grupos de pessoas interessadas nessas lutas, vão de casa em casa colher assinaturas e mostrar a necessidade de participação nesse movimento, muitos moradores dos bairros, a partir desse tipo de encontro, passam a aderir ao movimento”.

(Título e “chamada” e dois primeiros parágrafos de matéria página inteira publicada no BM, n. 13/junho de 1978).

MULHER NA CHAPA DA OPOSIÇÃO

A mulher precisa tomar seu lugar como participante consciente, não como espectadora. Para tanto, é necessário que participe politicamente das entidades de classe.

A luta que norteia as divisas da Chapa 2 dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, é a luta de todos nós, “por salários compatíveis com o real aumento do custo de vida, pelo cumprimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores, por salários iguais para todo trabalho igual, pelo adicional de insalubridade, contra a explo-

ração de mão-de-obra feminina, pelo incentivo à mulher na participação da vida sindical, pela garantia de emprego da mulher durante a gestação, pela criação de berçários nas empresas, por liberdades sindicais”, pelo direito de viver”.

(Título e dois primeiros parágrafos de matéria de página inteira. BM n. 11, março de 1978).

Este era o estilo: autoritário: impositivo – *“A mulher precisa tomar seu lugar como participante consciente”* – e simplista – *“para tanto é necessário que participe politicamente das entidades de classe”*. Deslindar a complexidade do “porque a mulher não participa” supõe, como já falamos anteriormente, entender os papéis femininos e masculinos no interior da família, a dupla moral sexual, enfim, o patriarcalismo dominante. Senão, estamos chamando as mulheres de comodistas pois tudo se resume a “participar”, como se elas não participassem de inúmeras outras atividades; como se elas não fossem, muitas vezes, impedidas pelo machismo do marido/pai/homem-da-casa de frequentar o sindicato (“Mulher direita fica em casa só sai para ir na Igreja”), como se não existisse o problema de não ter com quem deixar os filhos, enfim, como se sua decisão de participar do sindicato dependesse apenas de boa vontade. Mas se as matérias “didáticas”, através das quais as editoras passavam seus recados políticos eram, em geral, tão doutrinárias e superficiais o mesmo não acontecia quando as operárias eram entrevistadas. No mesmo número do BM, por exemplo, em matéria de três páginas são publicados os resultados de pesquisa com operárias participantes do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Algumas frases das entrevistadas:

Fazemos o mesmo trabalho mas não ganhamos igual: os homens são registrados como prensistas e as mulheres como práticas de injetora. Isso não tá certo. Pelo menos serviço tem que ganhar a mesma coisa, a não ser que o homem faça um serviço que a mulher não tem condição de fazer.

Os homens são mais unidos, se reúnem, eles ameaçam a mulher ela se conforma mais.

Não há união entre as mulheres. Os homens tem mais força, por isso as mulheres ficam por baixo. Eles são todos homens e se protegem. O dono da fábrica é homem e acha que o homem trabalha mais. Acho que a virgindade deve ser conservada porque os homens dão importância a isso e se a mulher não é mais virgem eles não confiam. Virgindade é problema que não vale mais. Hoje em dia é até errado casar cedo demais. Aborto é errado. Deve ter a criança. o que é feito, é feito. Sim, deve fazer o aborto. Sei que fazer é errado, a gente deve evitar ficar grávida, mas deve-se também evitar que venha alguém no mando pra sofrer. Cabe ao homem sustentar a casa e a mulher cuidar dos filhos. Ter um lar é bom porque arruma a vida da gente; se o marido trabalha, a gente não precisa trabalhar. Quero abandonar o trabalho já estou cheia. A mulher, trabalha em casa e na fábrica, se desgasta mais, envelhece e o homem fica todo boneco. O homem só faz o trabalho de casa quanto não tem nenhuma mulher que faça por ele. Ser casada ter filhos e uma responsabilidade muito grande. Sem saber como estão os filhos, não se trabalha direito. Acho que devia dividir o serviço de casa com o marido, caso a mulher trabalhe fora. Não concordo com hora extra, pra mulher, que tem que cuidar da casa. Homem pode porque não tem o que fazem em casa, fica à toa. Se os homens acham que são melhores do que as mulheres então trabalhem à noite. Mas tem que ter tempo também pra namorar?.

(BM, n. 11, março 1978)

Entre o discurso das feministas sobre as operárias e discurso das operárias sobre si mesmas, existia, nestes primeiros anos de contato, um visível abismo. Paulatinamente, como já acentuamos, as mulheres falando de sua situação concreta enriqueceram as matérias comprovando, apesar das feministas não tirarem naquele então, as consequências políticas, a importância do trabalho comunitário quando acompanhado da prática de reflexão em grupos. Uma reportagem exemplar, neste sentido, foi realizada pelo *Brasil Mulher* (n. 12 maio de 1978) junto a Associação das Donas de Casa:

Burgo Paulista é um bairro da periferia de São Paulo. Fica a mais de uma hora de distância do centro da Penha, por ruas estreitas e mal asfaltadas, estragadas por um trânsito intenso, lá não tem água encanada, esgoto ou telefone. E o centro do bairro é uma capelinha, “a igreja do Padre Xavier”. A Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista é parte de uma associação maior, que reúne mulheres de todos os bairros da Zona Leste de São Paulo. Essa associação existe desde 1963 e foi formada, inicialmente, por mulheres que trabalhavam na Ação Católica Operária (ACO). Com os homens, elas discutiam problemas relacionados à produção, às condições de trabalho e aos salários. Mas começaram a sentir necessidade de se reunirem separadamente – só as mulheres – para discutir os problemas delas. “Sabe? Alguns problemas interessam mais as mulheres, são problemas que, elas têm que enfrentar mais de perto do que o homem, que fica o dia inteiro fora de casa, trabalhando”. Hoje, a associação já tem núcleos funcionando em vários bairros e tem um lema. *Amizade, Formação, Ação.*

A ação inclui as lutas por melhorias no bairro, pesquisas, e também trabalhos como que elas fizeram para participar das comemorações do 8 de março, e que ficou conhecido como “Jogral da Zona Leste”. E tem mais coisas que o grupo faz junto. Discute, como disse a Cida, a educação das crianças: se deve ser a chamada “educação libertadora”, se as mães devem ou não usar a repressão. Outro problema que debatem muito nos grupos é o relacionamento com o marido. “No começo foi difícil, o pessoal tinha vergonha de falar”, explicaram. Conversando, elas descobriram que a maioria das mulheres não sente prazer em nenhuma relação sexual. Descobriram, também, que a falta do prazer e decorrência da “educação de ser inferior ao homem”: “Porque casou, tem obrigação de dar”, disse uma: E arrematou: “Mas não pode ser assim. Tem que ter prazer”. Todas elas sabem que a indiferença sexual pode ser razão para desquites e separações. “Tinha uma moça que estava nessa situação. E ela conversava com a gente e dizia: pra que eu quero esse homem? Só pra me sustentar, né? Aí nos conversamos com ela, e ela conversou com o marido. Tem muita gente que melhora, sai da associação e discute com os maridos, em casa”. É o caso de Maria José, que antigamente chorava muito cada vez que o marido ameaçava de separação. “Eu achava que mulher sem

marido não prestava. Hoje, eu cheguei à conclusão de que ou a gente presta ou a gente não presta. Pode bater porta, bater guarda-roupa, mas a minha opinião é essa. Acho que hoje eu teria coragem de viver sozinha, ia ser difícil, mas agora eu vivo com meu marido porque quero, não porque ele traz dinheiro ou me dá nome”.

E o que é que os maridos pensam? Uns acham que esta certo elas se reunirem e discutirem os problemas do bairro. Eles dizem que não podem fazer nada, são operários e “são mais observados”. Outros não ligam que a mulher participe, “mas não dão valor”. E tem alguns que acham que é coisa de quem não tem o que fazer: “o meu marido fala que é tudo putaria”, reclama uma das associadas. E arremata: “Eles não gostam disso porque sentem que cada vez mais perdem as rédeas... Mulher participante quer ser dona de seu nariz, tem opinião e eles não estão acostumados com isso”.

Mas o grande problema de fato era enfrentar a questão do opressor. Enquanto operária a mulher é explorada pelo patrão capitalista; enquanto assalariada em geral pelo empregador; assim abrir as baterias contra o patrão, o empregador, e os poderes constituídos representa tarefa política de amplo respaldo no interior da oposição. Mas quando o opressor se individualiza – não é mais o “regime ou o “sistema” nem exclusivamente o “capital” – a questão passa para a esfera daquilo que, precisamente, é entendido como domínio privado: as relações afetivas e familiares entre homens e mulheres. Neste sentido, a sucessão de temas privilegiados esclarece bastante esta necessidade – inconsciente, é claro – de tratar do externo (o patrão, o governo, etc.) e não do privado (o marido, o amante, o pai, etc.). Assim, o mesmo processo que levava as feministas a falarem dos problemas e da opressão da “outra” (a operária; a mulher pobre, etc.), fugindo dos seus próprios problemas e opressão, está na base da dificuldade em tratar da questão fundamental: o opressor direto.

Os marxistas estão cansados de saber que a destruição do capitalismo supõe o término da relação social que sustenta a realimenta; a reprodução do par proprietário dos meios de produção versus proprietário da força-de-trabalho. Esta diferenciação

elementar não elimina, entretanto, as dificuldades de se atuar na prática, de definir os caminhos e as lutas que ponham fim ao par oprimido/opressor. De um lado, está o opressor pouco consciente ou pouco disposto a abrir mão de seus privilégios; do outro, o oprimido, tentando ter consciência temerosa, também, de fazer face a aquele que o oprime.

O face-a-face com o patrão – com quem temos pouco laços de amor – já é difícil. Como enfrentar o opressor no cotidiano, quando ele é o pai, o irmão, o marido? Entende-se, então, porque a imprensa feminista, permanece sempre na opressão particularizado na figura dos inimigos comuns dos explorados.

E neste sentido, a figura da operária era especialmente oportuna, por aliar as duas opressões e nos permitir, portanto, tratar principalmente daquela que se processa na fábrica. Em relação ao trabalho doméstico: jogar sua responsabilidade aos poderes públicos, reclamando creches, lavanderia coletiva, etc. Dividi-lo com os operários, os maridos? Nunca! Eles também chegam cansados. É por isto também que a única maneira de divulgar a existência das donas-de-casa (dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de-Casa) enfim, das mulheres que exerciam em tempo integral a atividade doméstica, não tendo nenhum patrão em cima do qual pudéssemos jogar a culpa de tudo, era falar de suas condições de vida e nunca delas mesmo. Elas personificavam a miséria do custo de vida, da falta de transportes, da inexistência de postos de saúde, etc. Por isto, enfim, a necessidade de fragmentação: algumas mulheres personificando a miséria das condições de vida no capitalismo; outras a super-exploração da força-de-trabalho; outra a falta de direitos políticos. Cada uma contando a história de uma forma de opressão, ao mesmo tempo que denunciando os excessos da opressão sobre o sexo feminino. Mas nenhuma delas trazendo a questão integral, o realmente específico: a opressão masculina.

Trabalho e Política: os eixos temáticos da imprensa feminista

A crescente participação feminina nas atividades remuneradas extra lar, como bem registram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD), (apontando a porcentagem de 33% de mulheres no total da população economicamente ativa, em 1978) constitui uma das razões pelas quais o tema mulher/trabalho e largamente majoritário nas páginas da imprensa feminista. Mas, a predileção das feministas pelo tema trabalho está também relacionada a convicção de que a autonomia econômica da mulher é condição necessária para sua emancipação. Primeiramente, dado o fato de que existe uma diferença essencial entre depender ou não do marido como única fonte provedora de recursos monetários da família. Em outras palavras, mesmo que o trabalho doméstico executado fosse reconhecido em sua condição de trabalho, as mulheres que o exercem gratuitamente continuariam dependendo do marido como provedor de recursos monetários.

A segunda ordem de razão do tema mulher/trabalho diz respeito à importância da prática de trabalho coletivo para a tomada de consciência do caráter do sistema capitalista. É vivendo que se aprende, diz o ditado, o que, deduziam as feministas, implica na necessidade da experiência das fábricas e outras unidades de produção capitalista. Daí a importância-símbolo da mulher operária: aquela que vive a condição de classe operária tanto através da família (o pai, o marido) quanto através da sua subordinação direta à lógica do lucro. E como os jornais feministas eram também anticapitalistas a passagem da mulher à condição operária era vista como um avanço relativo. Hoje, outras possibilidades de conscientização são levantadas, assim como estão sendo criados novos espaços de atuação política. Mas, alguns anos atrás, quando a experiência da organização pela base ainda engatinhava – e estava bastante circunscrita a área de atuação da

Igreja – a importância da luta operária era supervalorizada. Já vimos a crítica realizada pelo BM à não participação da mulher nos sindicatos: crítica que, como já se tornara um hábito, incriminava a vítima. Em artigos como esse prevalecia a omissão de outro dado importante: se as mulheres participam pouco dos sindicatos (e conhecemos as razões de ordem familiar que concorrem grandemente para esta ausência), os homens também são pouco ativos. Em poucas palavras, a classe operária brasileira, em grande medida, ainda enxerga seu sindicato como uma espécie de instituição de prestação de serviços médicos, jurídicos, etc., participando pouco tanto da vida sindical quanto da luta operária propriamente dita. Inúmeras são as razões históricas que explicam tais fatos mas tem sido a prática – e o reinício de um autêntico sindicalismo a partir das bases, visível nos últimos anos – que vem transformando a relação do operário com a luta pelos seus interesses de classe. Dados cedidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, conhecido exatamente por representar um dos setores operários mais combativos, informam a existência de cerca de 400 mil trabalhadores na categoria, dos quais apenas 65 mil são associados ao sindicato: isto é, apenas 13% de sindicalização em 1980.

O reanimar das lutas operárias, a partir de meados dos anos 70, demonstrou a presença marcante das mulheres, capazes não somente de prestar decisiva contribuição no período de greves como, também, demonstrar suficiente capacidade de mobilização para organizar os vários congressos de mulheres trabalhadoras, já citados anteriormente. O 1º Congresso das Metalúrgicas recebeu enorme ressonância nas páginas do BM e do NM; sua importância, neste sentido, foi mais acentuada que o próprio 1º Congresso de Mulheres em São Paulo.

O estilo das matérias com operárias não variava muito. As péssimas condições de trabalho eram acentuadas; falava-se da dupla jornada a que estão submetidas as mulheres por também realizarem o trabalho doméstico, a inexistência de creches apesar da legislação a respeito e, invariavelmente, apontava-se para a necessidade da

sindicalização. Em relação a algumas propostas – como a liberalização do trabalho noturno – tiveram atuação marcante, denunciando suas consequências negativas que o ponto-de-vista oficial omitia.

Trabalhando a noite a mulher faria todo o trabalho da casa, cuidaria dos filhos no momento em que estes dão mais trabalho e passaria ao marido apenas o cuidado com as crianças enquanto dormissem. Estaria assim caracterizada totalmente a tão falada & denunciada dupla jornada de trabalho em toda sua extensão. Dormir, mesmo, que é bom e necessário só quando as crianças dessem uma folguinha, fossem brincar ou para escola.

E esse não é o único problema. Todas, as entrevistadas por *Nós Mulheres* falam em seu medo de serem assaltadas, violentadas, no caminho de ida e volta do trabalho. Esta é, aliás mais uma característica de uma sociedade machista que simplesmente não respeita a mulher que é vista a noite nas ruas. o que fazer, então, diante de tal situação? Se a mulher trabalha de dia, deixa as crianças sozinhas – dada a falta de creches que deveriam ser mantidas pelas empresas com mais de 30 funcionárias, como manda a lei – e quando chega em casa ainda tem que fazer todo o trabalho doméstico. Além disso, ganha menos. Se, por outro lado, trabalha a noite, enfrenta a situação já exposta. Que fazer?

Talvez lutar para que caia a proibição legal do trabalho noturno, dando forma de lei a uma realidade que já está aí faz tempo. Reivindicar então, que na nova legislação sejam previstas maneiras de proteção a esse trabalho. Que sejam dadas condições de segurança para que a mulher possa transitar sem os temores atuais. Talvez.

Sim, talvez. Porque se um dia a nossa sociedade puder assegurar tais direitos, é bem provável que não seja mais necessário, para ninguém, o trabalho na hora em que todos devem dormir.

O que não tem talvez, é a necessidade de sobreviver, de criar os filhos.

O que não tem talvez é a necessidade de adequar as leis à realidade, e a urgência de não permitir, que leis como a que garante estabilidade da mulher grávida, por exemplo, encontrem em seu próprio texto ‘jeitinhos’ para não serem cumpridas, pois se sabe que geralmente a mulher que engravida é demitida, mesmo que com seus direitos pagos.

Enfim, e uma situação tão delicada que chega quase a ser o drama de um condenado à morte, ao qual é dado o ‘direito’ de escolher entre morrer na forca ou por

fuzilamento. Trabalhar de dia ou à noite?
Acorda, menina, que é hora de trabalhar, papai está
trabalhando, mamãe também já vai.

(*Nós Mulheres* n. 5, junho/julho de 1977).

Os depoimentos constituíam outra maneira de abordar a questão, proporcionando uma riqueza de detalhes e emoções que uma matéria não alcançaria:

“Pagamento”. Pagamento é a última coisa que os patrões pensam em pagar, pra gente. Eles pensam em tudo, em passar a mão nas empregadas, cantar as empregadas, há até aquelas que se vendem por um lugarzinho mais alto que as outras, mas o fator moeda, aí é mais difícil. Inclusive na última firma que eu trabalhei tinha um mestre que não era de cantar, não. Ele era muito bonito. Quer dizer... em terra de cego, quem tem um olho e rei. Mas ele era o único que tinha um olho. Ele tinha um sorriso tão bonito que por causa disso todo mundo ficava quieto e topava qualquer coisa. Só pra ver o homem sorrindo era pra ele não ficar danado. Quando eu entrei na firma, elas ficaram tudo na marcação, achando que era mais uma para entrar no rol. Mas eu não, eu sempre entrei na firma pra ganhar dinheiro. Então quando o aumento não apareceu eu perguntei pras moças: ‘você foram falar?’, porque elas eram mais velhas de firma, tinham mais amizade com o homem. ‘Vocês perguntaram pro chefe aí quando é que vai sair o aumento?’ ‘Ah, eu fui falar com ele, mas o seu José disse que vai sair no mês que vem’ e não sei mais o que. Aí eu disse: ‘O homem sorriu e vocês calaram todas’. Todo mundo desconversou e eu disse: ‘Isso mesmo, o dia que o vendeiro aceitar o meu sorriso como pagamento da mercadoria que eu levo pra casa, eu aceito mas quando ele não aceitar, eu também não aceito’. O homem ficou na marcação comigo, ficou de mal, até eu ter que apelar pra ser mandada embora. Eu tinha um patrão que já chegava e vinha pondo as mãos nos ombros de todo mundo. Aí, um dia eu perguntei pra ele meio na brincadeira, porque é que ele fazia isso. Ele disse: ‘é porque eu gosto de por as mãos nas bonitas e como eu não posso fazer isso só com as bonitas, eu tenho que por as mãos em todas, senão fica mal’.

Geralmente os patrões só aceitam homens como chefe. Mulher quando é chefe, fica de chefe de sala de pano, onde você compra roupa, uma chefinha assim de terceira

categoria, porque chefe mesmo é homem, todos eles. Mulher tem capacidade, mas eles não põem mulher como chefe. Em todos os lugares em que trabalhei, era tudo homem: o gerente, o mestre, o contramestre, era tudo homem. Desde o ajudante. Agora, tem vigia mulher. Em todas as fábricas, desde as menores até as maiores, existem as espiãs. Isto é o maior problema das tecelagens. Eu acho que quando a gente descobrisse um devia, linchar, ele ou ela, no caso. Porque eu não admito isso. Na têxtil Mococa tinha as vigias que ficavam marcando no relógio quantos minutos você ficava no banheiro. Eu acho que isso é uma escravidão desgraçada, porque se a pessoa está desarranjada, está frita, porque tem que marcar hora pra entrar e pra sair”.

“TODOS OS CHEFES SÃO HOMENS”

“E o banheiro em geral é fora. Não sei se você conhece uma tecelagem: a gente tem que passar o fio numa malhinha muito pequenininha e depois o pente e mais ou menos como o buraquinho de uma agulha e você tem que enfiar os fios um por vez. E os pentes são muitos fininhos, muito mais fino que pente fino, e você tem que ter uma lâmpada perto e uma vista muito boa. As luzes geralmente ficam muito embaixo pra você enxergar e nesse caso ela esquenta, temperatura lá dentro não é brincadeira, é sempre quente. Agora você sai de lá fora em baixo de chuva, é fogo. Tanto que eu fiquei com quatro bicos de papagaio, é uma calcificação na espinha, de friagem de ir ao banheiro na chuva, e a luz prejudica os olhos, a maioria do pessoal usa óculos, eu também uso. As condições de trabalho em geral são uma tristeza. Geralmente não se tem bebedouro, a pessoa tem que levar uma moringuinha de água e por embaixo dos teares. Agora, não, ultimamente parece que estão dando em cima e está havendo um pouco de limpeza. ‘Mas no tempo que eu estava trabalhando era uma porcaria. Não tinha lugar pra comer. Não tinha lugar pra sentar. As vezes você comia mesmo no meio dos teares, sentava num banquinho ou caixão, na caixa das espulas, e comia aí mesmo, amontoada como qualquer coisa, uma coisa triste. Mas quem é que vai andar atrás da lei? Quem olha a lei? Os fiscais entram aí, entram no dinheiro e pronto. Não verificam e se verificam fazem olho cego”.

(*Nós Mulheres*, n. 1 junho de 1976).

Enquanto as matérias com entrevistas ou os depoimentos publicados na íntegra proporcionavam informações e reflexões sobre a condição operária, fugindo, em geral, ao doutrinário e ao simplismo, o material editado sob a rubrica “política” revelava não somente a própria mediocridade da compreensão política das redatoras dos jornais feministas como sua atitude elitista frente à leitora. Em outras palavras, ainda pensávamos política no seu sentido mais restritivo – limitada à vida parlamentar e ao funcionamento da máquina burocrático-administrativa – ao mesmo tempo que reduzíamos ainda mais esta problemática para “ficar no nível da nossa leitora”. Esta concepção paternalista era típica das mulheres responsáveis pelas matérias políticas que, via de regra, expressavam os pontos de vista das tendências com as quais se identificavam. A contribuição do *Nós Mulheres* às eleições municipais de novembro de 76 foi uma matéria no estilo “popular-didático” em que o povo terminava sendo responsabilizado por situações evidentemente criadas pelo terror político-policial dos anos anteriores. Algumas frases exemplificam bem esta postura:

Se até agora a população tinha, uma atitude conformada (sic) diante de seus problemas, a situação começa a mudar, tanto que vários trabalhadores decidiram disputar eles mesmos as eleições (...).

Esta nova atitude de querer participar na solução dos problemas aparece neste trecho do jornal da Associação das Donas de Casa (...).

(*Nós Mulheres*, n. setembro/outubro 1976).

A participação nas eleições transforma-se, assim, no resultado da “atitude de querer participar: a população agora resolveu querer participar...” Seria difícil encontrar estilo mais superficial e despido de emoções do que o imperante nas matérias políticas dos jornais feministas. Em que algumas palavras mágicas deveriam dizer aquilo que o artigo não conseguia - condições de vida e trabalho, participação, povo, democracia.

A própria ilustração das matérias e dos temas exemplifica a dificuldade em desvincular política de estereótipos: o *Brasil Mulher* n° 14, de novembro de 1978, tem sua contracapa ocupada por uma charge em que DÁ-LHE POVO é a legenda para um negro desdentado – camisa listrada, sandálias havaianas – que dá uma banana (para o governador) enquanto coloca na urna o voto MDB.

A figura masculina demonstra bem como a “política geral” era pensada em termos dos homens: inconscientemente assumia-se a visão dominante da maior qualificação/seriedade que o sexo masculino concede a um tema, enquanto que as mulheres são mais próprias para simbolizar situações mais frívolas. Ao mesmo tempo, cumpre assinalar o conteúdo populista, da utilização de um negro: a questão do racismo praticamente inexistia nas páginas do *BM*.

O didatismo político aliava-se ao machismo das colocações em que a leitora era desrespeitada duas vezes: por ser considerada pobre ela também era pensada como intelectualmente incapaz e, por ser mulher, ainda mais incapaz e conformista. Este é o caso da matéria de página inteira do *Brasil Mulher* n° 93, uma contribuição as eleições de 76, em que a “chamada” pergunta: “*A mulher votará baseando-se em seus desenvolvimento emocional, acomodando-se ou de forma mais participante?*” o enunciado contém uma implícita censura ao “emocional” que, não se sabe bem porque, é sinônimo de “acomodação”. A matéria, ademais, demonstra profunda ignorância acerca da participação política da mulher brasileira, assim como do fato de muitas das pioneiras do feminismo terem pertencido às classes sociais dominantes, graças ao que tiveram acesso ao saber dominante, como professoras, intelectuais, etc. Basta lembrar os nomes de Nísia Floresta. Berta Lutz, etc. sem se dizer do Partido Republicano Feminino, criado em 1910 (antes mesmo do voto feminino), que tinha como presidente de honra a mulher do então presidente da República, Orsina da Fonseca! (Hahner,1980). Mas nada melhor do que a transcrição de alguns trechos do incriminado artigo:

Embora a mulher tivesse direito de voto desde 1932, ela passa a participar, mais ativamente da política no Brasil a partir da década de 60, quando começa a mudar a composição do emprego feminino. Acentua-se a presença da mulher nas profissões liberais, nas fábricas, etc. E a partir dessa mudança na composição do trabalho da mulher que ela passa a inter interesses a defender, (pasmem: até então ela não teria interesses a defender!!!), e a participar do processo político.

Os argumentos de que o voto feminino é irracional, aleatório, não são inteiramente justos, (mas são, então, parcialmente justos..).

(*Brasil Mulher* n. 3).

Era, contudo, sobre o tema específico – a organização das mulheres – que a maior ou menor maturidade política das feministas revelava-se ainda claramente. Porque falar da opressão em termos gerais, ou, ainda, utilizar-se da opressão da mulher para denunciar a miséria ou a pobreza, não implicava em maiores trabalhos do que copiar o ponto de vista político dos jornais alternativos de tendências ideologicamente próximas ao maoísmo; ortodoxia soviética, trotskismo, etc. Quando se tratava da proposta de alternativas de luta comum para as mulheres, só o *Nós Mulheres* ousava defender a organização feminina a partir de seus problemas específicos (se bem que não chegávamos a aprofundá-los muito), insistindo sempre na necessidade de desenvolver este espaço unitário, além do estímulo para que as mulheres participassem de associações comunitárias, sindicatos e partidos. Analisando o conjunto dos números do *Brasil Mulher* esta omissão salta aos olhos, ainda mais que a insistência na participação sindical e partidária constituía uma das tônicas do jornal. Ele só foi tratar da questão, pressionado pelo próprio amadurecimento da reflexão do conjunto das feministas, no seu último editorial, de setembro de 1979, tendo de reproduzir um texto da *Associação das Mulheres* sobre o tema autonomia. Sintomaticamente, o último editorial do *Nós Mulheres*, de junho de 1978, também

falava da autonomia relacionando-a a temas importantes, como a heterogeneidade do corpo social, a diversidade de interesses a serem levado em consideração – da natureza a relação mais profunda entre homem/mulher – e a parcialidade do economicismo:

1978. ALGUMA COISA ESTÁ MUDANDO.

É verdade que as mulheres sempre estiveram presentes na história; mas foram mantidas nos bastidores. Entretanto, as mudanças nas condições históricas trouxeram a necessidade da participação direta da mulher na produção, marcando a sua presença no cenário das lutas sociais. Hoje, esse é um fato visível. Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado só homens na conquista da democracia, como também, e isso é novo, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos enquanto mulheres.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vem alertar contra violência e a devastação da natureza. Esses fatos estão aí, basta abrir os olhos para vê-los. Cabe perguntar sobre o seu significado.

Uma coisa parece clara é a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais não é suficiente para a libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida a condição necessária de qualquer revolução, ela, por si só, não garante, a transformação de todos os níveis da existência humana. Mesmo nos países socialistas restam muitas questões a serem resolvidas. A questão da democracia não é um problema solucionado nem sequer nesses países. É parte implícita de qualquer revolução democrática o fim de todo e qualquer tipo de discriminação.

Alguns dirão que, para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é a única (ou a mais) premente. Concordamos, no entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado:

a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

Se fazer política significa deixar que o “individual” se mantenha fragmentado, separado do “social” e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução.

O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política. Se as ideias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece. A questão principal é, então, como manter o autonomia da organização das mulheres democratas, enquanto um movimento social específico, garantindo que ela seja incorporado a luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte Implícita dessa luta.

E com essa problemática que nos defrontamos”.

Sexo e família na imprensa feminista

O silêncio não deixa de ser uma das maneiras de se falar de um assunto tal como revela a ausência da questão sexual nos jornais feministas: eloquente prova das dificuldades de se enfrentar diretamente temas proscritos pela moral burguesa. Enquanto se tratou de denúncias ou proposições doutrinárias e abstratas as feministas repudiaram a repressão sexual de que a mulher é vítima e que tem na dupla moral sexual seu aspecto central, como bem observara Freud ao relacionar as neuroses do homem moderno ao conteúdo da moral sexual de nossa cultura. Mas, quando o próprio processo de amadurecimento das mulheres dos jornais feministas levou ao

questionamento da prática comum e às características pessoais de cada uma, e estas, por sua vez, ao “subjetivo” e à sexualidade feminina, neste momento as feministas recuaram, alegando razões de ordem política. Em outras palavras, quando era preciso falar das coisas, aberta e despojadamente, as feministas tentaram fugir ao enfrentamento das questões das pessoais (que muitas vezes explicavam a dificuldade no trabalho unitário) sob o pretexto de que “trata-se de discutir politicamente e não pessoalmente”. E lançavam o “político” para a exclusiva responsabilidade de fatores externos tentando assim justificar a timidez no trato das questões relacionadas a moral sexual: afinal a Igreja não perdia oportunidade para reafirmar o casamento indissolúvel; o sexo para fins procriativos; o pecado da lascívia, sem se dizer da condenação mais do que veemente do aborto. Além disso, argumentava-se, as mulheres pobres poderiam não absorver colocações mais críticas a respeito da moral sexual e da família, devendo estar mais preocupados com o custo de vida.

Concomitantemente a esta dupla ordem de razões – que não eram apenas desculpas dado o reboquismo das feministas e a determinadas tendências ascéticas da esquerda brasileira – existia o problema bem mais complicado relacionado à ignorância das feministas com respeito a sexualidade em geral e a feminina em particular. Ignorância explicável, diga-se de passagem, não somente pelos imperativos morais dominantes como, principalmente, pelo caráter de enigma assumido pela sexualidade feminina, como atesta a relativa escassez de obras científicas a respeito. Em síntese, ademais do medo de se expor existia pouca reflexão e elaboração teórica que permitisse um falar fluente por parte desta geração de feministas pós-maio 1968. Neste sentido, basta observar a relação do movimento feminista, no período 75/80, com a psicanálise e, em particular com a obra de Freud.

De fato, herdaram da esquerda brasileira uma grande desconfiança da ciência do inconsciente, como se percepção da importância dos grupos sociais mais amplos, e das classes sociais,

implicasse no esvaziamento da problemática pessoal. Excluindo Reich, que aprofundou uma linha de pensamento freudiano, os marxistas pouco avançaram na compreensão das consequências profundas da ordem familiar e social para estruturação psíquica do indivíduo. A violência, então, passou a ser relacionada aos aparelhos repressivos de Estado e analisada exclusivamente da perspectiva da esfera pública. Ora, para as mulheres, justamente a opressão familiar é o primeiro elo de uma cadeia que pode, também, incluir a exploração de classe. E a desqualificação do tema família, enquanto objeto de reflexão e ação política, terminou por distanciar os jornais feministas das questões mais específicas de seu sexo. A esta ordem de considerações soma-se a intolerância contra Freud, cuja obra continha evidentes e previsíveis limitações, impostas pela própria ordem familiar, política e econômica de sua época. Porque erigiu o “falo” como símbolo do poder – e como poderia deixar de ser diferente em uma ordem patriarcal? -aprofundou-se na sexualidade masculina (mas, inúmeras vezes, confessou não ter conseguido entender a sexualidade feminina) e, em inúmeras passagens, pecou por moralismo e antifeminismo. A obra de Freud permaneceu incompreendida pelas feministas que, assim, deixaram de conhecer reflexões fundamentais sobre sua condição.

Atualizando a disputa entre materialistas e idealistas

O corpo biológico da mulher e sua relação com o gênero continua um terreno de enfrentamentos ideológicos e de incertezas científicas. Como se “humaniza” o corpo biológico? Como se constrói o gênero? Qual a relação entre sexo e gênero? O que pode se explicar pelos hormônios e o que permanece sem resposta, dada a inesgotável plasticidade característica dos seres humanos?

Neste sentido, as feministas e as teorias queer permanecem presas à questão colocada por Simone de Beauvoir, quando afirmou

que ninguém nasce mulher (ou homem). Torna-se. Como dar conta desse tornar-se? Do meu ponto de vista, a melhor resposta foi sugerida pela filósofa Judith Butler que à questão: pode-se escapar do gênero? afirmou o seguinte:

Na verdade, não. Mesmo que às vezes possamos e que por vezes nos vejamos fora das normas, sempre nos relacionamos com aquilo pelo qual somos chamados, interpelados. Podemos recusar e mudar gêneros, tentar viver fora das normas, mas lidamos com um mundo social que vai desafiar isso. Mesmo a quebra mais radical de gênero tem de lidar com instituições, discursos e autoridades que buscarão designações pelo gênero. É uma luta.

O resultado é que a política do corpo – que fala da repressão sexual; do rebaixamento das expectativas humanas; da violência, etc. – reduziu-se à denúncia sobre as condições de saúde da população, sobre os efeitos negativos da pílula e esclarecimentos sobre a fisiologia feminina. Os jornais feministas colocaram-se contra o planejamento familiar tal como o entendia o governo, denunciando a violência das esterilizações, por exemplo. Mas nunca chegaram a aprofundar a discussão da revolução permitida pelas anticoncepcionais, única maneira de se separar o prazer da procriação. Omitiram-se também sobre a questão do aborto, como se o problema residisse simplesmente em estar a favor ou contra e não na proposta de solução para milhões de abortos clandestinos, realizados em péssimas condições higiênicas. O *Brasil Mulher* nº 13, de julho de 1978, toca na questão de maneira fria, impessoal, terminando por permanecer em posição neutra. O medo de enfrentar a Igreja pesava evidentemente nesta omissão, mas as causas mais profundas vinculam-se a própria definição do espaço e dos temas que os jornais feministas tratariam. E como quem cala, consente, o silêncio sobre a vida familiar e sexual das mulheres não deixava de ser um compromisso implícito dos limites em que a imprensa feminista atuaria. Assim, o divórcio, direito evidente dos cidadãos, veio pela metade, numa tentativa de conciliação governamental com

as forças mais reacionárias que apoiavam. Frente a ele, o *Nós Mulheres* nº 6 opta pelo esquerdismo doutrinário, acusando-o por não ter sido “resultado de uma reivindicação popular, espontânea”(SIC) e porque “não será regulamentação do divórcio que alterará o quadro do relacionamento homem/mulher nem a concepção de casamento existente em nossa sociedade”(e outras considerações no estilo, deixando o leitor sem saber, afinal, se o jornal defendia a situação anterior. Mas o mesmo tempo neste mesmo número do jornal aparecia a primeira matéria em que a questão sexual era tratada de maneira a incluir, se bem que timidamente, a importância do prazer:

E é isso também que fica reduzida, na maior parte dos casos, a vida sexual das mulheres agradar ao marido e procriar. No entanto, a sexualidade é muito mais do que isso; é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimento e de ampliação da afetividade. (...)

(...) é preciso destruir os preconceitos; é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento do prazer do outro mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres.

(*Nós Mulheres*, n. 6).

Lindonéia ou o Peso da Vida, matéria que Maria Rita Kehl escrevera para o jornal *Movimento* e que a censura proibira, foi editada no *Nós Mulheres* número 1 e constitui, pela força da história e da narração, a honrosa exceção em que a opressão sexual é tratada na sua maneira mais cotidiana (e mais escondida): a mulher obrigada a viver perto de um homem que não ama. E sua fuga da situação opressiva através da “loucura”: ela foi internada como maníaco-depressiva crônica. Esta matéria aparece em um espaço que pretendia retratar a violência cotidiana que terminou, sintomaticamente, desaparecendo nos outros números do jornal. A chamada para a matéria dizia: “A violência de todos os dias, essa que aos pouquinho vai acabando com as pessoas. Uma violência que não é feita só de pancada, mas às vezes até é feita de amor e boa intenção“. De fato, a estória de Lindonéia, dona-

de-casa e mãe, de 28 anos, casada com um homem que a repugna sexualmente e culpando-se por desejar outros homens, toca em um ponto nevrálgico da opressão feminina, que é a proibição social da mulher reconhecer-se como sujeito do desejo. Ela, depois de narrar os horrores de sua vida conjugal, conta que:

Bem que tem vez que eu vejo uns moços assim bonitos na rua, cabelo grande calça justinha, me dá uns pensamentos de beijar eles, de abraçar eles, mais novos e mais bonitos que o Dito.

– Tem uns que mexe comigo, diz que eu sou bonita, nem trair ele não posso. Não é por causa de pecado, que pra isso de pecado já era, mas é que ele não merece. Gosta tanto de mim, que culpa ele tem de eu não ter atração? Mulher que casa e não atrai o marido é que tem toda culpa. Mulher tem que amar o homem que casou na Igreja com ela. Depois, como é que eu posso querer ficar com a fama de mulher que não presta que larga o marido? Eu tenho minha filhinha pra criar e não quero que os outros chame ela de filha de uma coisa que eu não sou. A gente não deve ser aventureira. Esses moços da rua é muito bonito, mas quero ver qual deles vai ser bom como o Dito, me dar sustento e garantir o futuro da menina? Eu sozinha não consigo, tenho até medo de pensar.

A vida de Lindonéia exemplifica portanto, afirmações de Freud sobre a relação entre repressão social e doenças nervosas no caso da mulher:

Sob as atuais normas culturais o casamento deixou de ser, há muito tempo, o remédio geral para todas as afecções nervosas da mulher. Nós, médico, já sabemos que, contrariamente, é para ‘suportar’ o casamento as mulheres tem de possuir grande saúde, e tratamos de dissuadir nossos clientes de contrai-lo com jovens que já de solteiras tenham dado mostras de nervosismo originado no casamento seria a infidelidade conjugal. Mas quanto mais severamente uma mulher foi educada e mais seriamente se submeteu às exigências da cultura, tanto mais horror lhe inspira este recurso, e seu conflito entre seus desejos e seus deveres busca um refúgio na neurose. Nada protege mais seguramente sua virtude do que a enfermidade (Freud, 1973, p. 1 257).

De fato, comenta, a conduta sexual de uma pessoa constitui uma espécie de protótipo de outras reações suas, vale dizer, aqueles que perseguem com maior tenacidade seus objetivos sexual demonstram também maior energia para a consecução de outros fins, ao passo que os que renunciam rapidamente a satisfação de seus instintos sexuais também demonstram maior propensão à resignação e à conciliação. Ora, a repressão aos instintos sexuais é ainda maior no casos de mulheres causando danos aprofundados e revelando como a sujeição das atividades sexuais sujeita também a mente.

Nas mulheres pode-se facilmente comprovar um caso especial deste princípio da condição prototípica da vida sexual com respeito ao exercício das demais funções. A educação lhes proíbe toda elaboração intelectual dos problemas sexuais, o quais lhes inspiram sempre a máxima curiosidade, e lhes atemorizam com a afirmação de que toda curiosidade é pouco feminina e denota uma disposição viciosa. Esta intimidação coarta sua atividade física e diminui em seu ânimo o valor de todo o conhecimento, pois a proibição de pensar se estende além da esfera sexual, em parte como consequência das de relações inevitáveis e, em parte, automaticamente, processo análogo ao provocado pelos dogmas no pensamento do homem religioso ou as ideias dinásticas no dos monárquicas incondicionais (Freud, 1973, p. 1258/9).

A citação tão longa justifica-se pelo empenho de manter *ipsis litteris* a formulação de Freud, extremamente esclarecedora das relações entre a incorporação inconsciente de valores paralisantes e amorfos e a estruturação de um Eu empobrecido, acorrentado à dominação cultural. Aquilatar a importância da contribuição de Freud para os dias correntes, pois poucos formulariam tão precisamente o nó da questão da opressão feminina, é portanto, render homenagem a um homem que conseguiu se libertar teoricamente dos limites culturais de sua época histórica, abrindo espaço para a mais radical das Ciências: a psicanálise.

Anexos

Correspondência França/Brasil

A influência do feminismo europeu, especialmente do francês, já foi objeto de muitos estudos à diferença do tema das relações entre as feministas no Brasil e os grupos de brasileiras no exterior. Dado o fato de que muitas de nós tínhamos nos conhecido no exílio, no Chile e na França principalmente, como era o caso de feministas do NÓS MULHERES, não é de se estranhar a proximidade que existia entre grupos feministas de brasileiras no exterior e no Brasil.

Pouco sobrou do arquivo do Nós Mulheres mas achei uma carta, datada de 17 de dezembro de 1976, do Círculo de Mulher Brasileira, coletivo feminista formado no exterior, a partir do numeroso contingente de exiladas vindas do Chile em consequência do golpe de Pinochet. Muitas dessas exiladas militavam no grupo Campanha, criado no Chile em 1972 por trotskistas brasileiros, com o lema de “Fazer do exílio uma campanha”. Regina Carvalho teve uma atuação fundamental para que o grupo incorporasse o feminismo e é uma das autores do manifesto de fundação do Círculo. O comprometimento dessas feministas com a revolução socialista é sublinhado no primeiro ponto do documento que propõe a “criação de um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes”. Esse primeiro documento é assinado pelo Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias, Por uma tendência feminina revolucionária, Paris, novembro de 1975.

É interessante observar, na carta ao lado, o estilo militante da esquerda radical e a proximidade entre seus pontos de vista e o expresso no editorial do primeiro número do *Nós Mulheres*.

Paris, 17 de dezembro de 1976.

A redação do jornal **Nós Mulheres**

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França que, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos "nobres" papéis que nos foram atribuídos - doméstica-esposa-mãe - mas no conjunto das nossas atividades e na nossa personalidade.

Consideramos entretanto que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres - cabe essencialmente a nós a nossa libertação - integrarmos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão.

Ao mandar essa carta buscamos abrir um contato permanente com vocês que permita a troca de artigos, jornais, análises, documentos, favorecendo a abertura de um debate em torno das questões centrais que se colocam hoje para o movimento feminista. Assim estaremos contribuindo para o seu enriquecimento e fortalecimento.

Por outro lado, poderemos vulgarizar aqui no exterior as lutas que as mulheres brasileiras vêm enfrentando e reagatá-las para o conjunto de sócios do Movimento Feminista Internacional. Um exemplo disso é o artigo que publicamos no "Information des Femmes" sobre o combate à carestia, e que mostra de que forma e em que frentes a mulher trabalhadora vem se organizando. Além disso estaremos mais próximas da realidade brasileira, acompanhando no cotidiano todo tipo de experiências que contribuem para a materialização de uma consciência feminista.

Pensamos dentro em breve criar um boletim aberto a todas as discussões ainda pendentes sobre a liberalização da mulher, e onde circularão nossas posições sobre temas que estamos aprofundando, tais como a essência do Movimento Autônomo, a questão do controle da natalidade no Brasil (Bemfam e outros), a especificidade do Código Civil em relação à mulher, a dupla jornada de trabalho, etc...

Segue também o "compte-rendu" do processo de uma companheira brasileira violada na Bélgica e que está sendo divulgado em toda a imprensa feminista, da forma mais solidária, enquanto esperamos a sentença.

Ficamos aguardando uma resposta e todas as contribuições e material que vocês possam enviar.

Abraços.
Círculo de Mulheres Brasileiras.
Liliane MACCAYAN